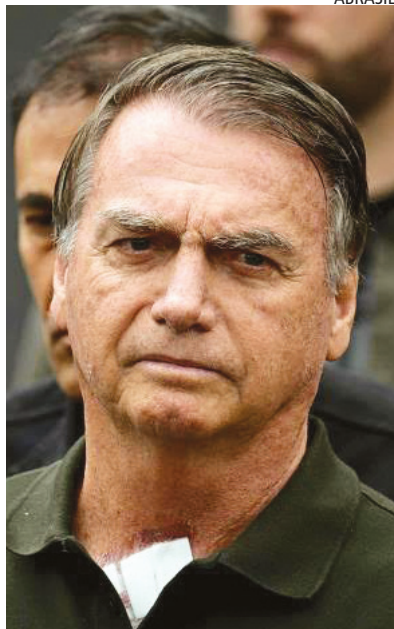


# Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 2 de julho de 2026 • Nº 2331 • R\$ 1,00  
www.diariodoacionista.com.br

## MORDOMIA DOMICILIAR

ABRASIL



## PGR defende que Bolsonaro seja mantido preso em casa

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer favorável à continuidade da prisão domiciliar concedida ao ex-presidente Jair Bolsonaro (foto). A manifestação foi solicitada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator do caso, após o caso da apreensão da arma atribuída ao ex-presidente. No ano passado, Bolsonaro foi condenado a 27 anos e três meses de prisão no processo de trama golpista. Ele cumpre prisão domiciliar temporária desde o dia 27 de março deste ano. Gonet citou a decisão da Polícia Civil do Distrito Federal, que não indiciou Bolsonaro, e disse que o ex-presidente deve continuar na prisão domiciliar. "A conclusão da autoridade policial, no que se refere a Jair Bolsonaro, tem, efetivamente, bom suporte nas circunstâncias apuradas do episódio. Não há imputar ao sentenciado falta disciplinar que impacte negativamente sobre o atual regime em que cumpre pena", afirmou. **PÁGINA 7**

## PETROBRAS

# Magda: gasolina também deverá acompanhar redução nos preços

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou ontem que a gasolina deve acompanhar a tendência de queda observada em outros combustíveis, que tiveram o preço reduzido nos últimos dias com a queda do valor do petróleo no mercado internacional. Na terça-feira passada a estatal anunciou a redução do óleo diesel

em R\$ 0,35 por litro. Já ontem, foi a vez de o querosene de aviação (QAV) ter uma redução de 14,5% anunciada pela empresa. "Todos os nossos combustíveis acompanham a tendência dos preços internacionais", disse Magda. "No caso da gasolina, é a mesma coisa", completou. **PÁGINA 2**

## INVESTIMENTO

RICARDO STUCKERT/PR



# Lula inicia obras de ponte que ligará Salvador a Itaparica na BA

O presidente Lula participou, ontem, em Vera Cruz, na Bahia, da cerimônia que marcou o início oficial das obras da ponte Salvador-Itaparica. Vinculado ao Novo PAC, o empreendimento está estimado em R\$ 11,6 bilhões, divididos entre governo federal, governo do estado e consórcio empresarial. A previsão é que a obra seja concluída em 2031. A ponte vai conectar a capital baiana à ilha de Itaparica, cruzando a Baía

de Todos-os-Santos. Serão 12,4 quilômetros de extensão sobre o mar, tornando-se a maior ponte da América Latina no critério de comprimento acima da lâmina d'água, superando, por exemplo, a Ponte Rio-Niterói, que tem cerca de 13,2 km total de extensão, sendo 8,3 km sobre o mar. Durante o evento público, Lula e o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, destacaram a importância estratégica da obra. **PÁGINA 7**

## EVANGÉLICOS SE PROTEGEM

## Mendonça libera Crivella, ficha suja, a disputar Senado

O ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) André Mendonça concedeu uma liminar que libera o deputado federal Marcelo Crivella (Republicanos-RJ) para disputar uma vaga ao Senado nas eleições. A decisão desta terça-feira, suspende inelegibilidade por condenação no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), já que recurso especial apresentado por Crivella ainda aguarda julgamento no TSE. **PÁGINA 5**

## SENADO

LULA MARQUES/ ABRASIL



## Centrais apoiam vigência imediata da 'PEC 6x1'

Representantes de centrais sindicais avaliam como bem-vinda a sugestão do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) (foto), de discutir a viabilidade da aplicação imediata da Proposta de Emenda à Constituição que acaba com a escala 6x1 e reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Eles ponderam, no entanto, que a prioridade é a aprovação célere do texto. **PÁGINA 3**

## INDICADORES

IBOVESPA 0,52% / 171.258,87 / 888,49 / Volume: 21.704.669.966 / Negócios: 2.867.070				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	0,84% (mai.)	EURO turismo							
Mais Negociados				Majores Altas		Majores Baixas		Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA	0,58% (mai.)	Compra: 5,9748	Venda: 6,1548				
Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Taxa Selic	(17/06)	14,25%	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,1743	+0,68%		
B3SA3	14,72	+0,14	+0,02	GSHP3	3,88	+40,07	+1,11	ESTR4	3,11	-22,06	-0,88	S&P 500	7.431,46	+0,50	DÓLAR comercial	Compra: 5,1860	Venda: 5,1866
CSAN3	3,75	+2,74	+0,10	GSHP3F	3,30	+17,44	+0,49	FSTU11	0,16	-20,00	-0,04	US Tech 100	28.925,6	+0,84	EURO		
ABEV3	16,37	+1,24	+0,20	FSRF11	0,08	+14,29	+0,01	TOKY3F	0,260	-16,13	-0,050	Euronext 100	1.915,72	+1,66	BM&F/grama/RJ	R\$ 690,81	
PETR4	39,33	+0,41	+0,16	SEQI3F	0,080	+14,29	+0,010	AZUL98	6,310	-14,96	-1,110	CAC 40	8.350,87	+1,83	EURO Comercial	Compra: 5,9009	Venda: 5,9015
MGLU3	4,42	-5,15	-0,24	LAND3	9,240	+14,07	+1,140	AZEV3F	0,13	-13,33	-0,02	FTSE 100	10.471,72	+1,63	DÓLAR turismo	Compra: 5,2166	Venda: 5,3966

## MERCADOS



## Bovespa tem leve queda no 1º pregão do segundo semestre

CAROLINE ARAGAKI/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) chegou a tocar os 172 mil pontos no início da tarde, em leve alta, mas logo voltou a operar no negativo, fechando com um recuo de 0,2%, aos 171.688,61 pontos. Analistas de renda variável mencionam que há poucos gatilhos internos que justifiquem um movimento mais firme do índice, que operou volátil inclusive por ser o primeiro pregão do segundo semestre - portanto, dia de mudança nas alocações.

Enquanto algumas casas mencionam otimismo com o valuation das ações abaixo da média histórica e de pares emergentes, outras destacam que a taxa de juros real segue elevada e o risco político-fiscal deve se acentuar com a proximidade das eleições. No curto prazo, investidores mencionam o payroll, que será divulgado na quinta, como um bom direcionador para o que deve acontecer com os juros dos Estados Unidos, o que pode influenciar a política monetária brasileira.

Ontem, tanto Christine Lagarde quanto Kevin Warsh, presidentes do Banco Central Europeu (BCE) e do Federal Reserve (Fed), respectivamente, não deram uma indicação clara sobre o próximo passo envolvendo juros.

## MDIC

## Brasil critica novas restrições da UE ao aço e cobra compensações

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Brasil criticou as novas medidas adotadas pela União Europeia (UE) para restringir as importações de produtos siderúrgicos. Em nota conjunta, os Ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) afirmaram que as mudanças reduzem o acesso ao mercado europeu e não representam uma solução para o excesso de capacidade na indústria mundial do aço.

Segundo o governo brasileiro, a UE passou a adotar novas restrições quantitativas para a entrada de produtos siderúrgicos e elevou as tarifas cobradas sobre importações que ultrapassem as cotas estabelecidas.

Na avaliação brasileira, as medidas atingem a maior parte dos parceiros comerciais do bloco e ampliam as barreiras às exportações, mesmo após o fim do sistema de salvaguardas criado em 2018.

O Brasil também afirmou que é afetado pelo excesso de produção mundial de aço e continuará defendendo soluções multilaterais para o problema em fóruns internacionais.

A nota acrescenta que restringir o comércio de países que não são responsáveis pela sobreoferta global não resolve a questão e pode provocar uma escalada de medidas de defesa comercial.

O governo informou ainda

Com o recuo de ontem, o Ibovespa (Índice Bovespa) acumula queda de 0,93% na semana e reduz o ganho do ano para 6,56%. No intradia, o índice chegou a subir 0,04% na máxima por volta das 14 horas, aos 172 098,36 pontos, após mínima aos 169.665,53 pontos (-1,37%) perto da abertura, antes das declarações consideradas mais amenas de Lagarde e Warsh. O giro financeiro somou R\$ 21,51 bilhões.

Em termos setoriais, bancos fecharam mistos, indo de queda de 0,9% do Banco do Brasil para alta de 0,66% de Itaú PN; Petrobras também, com leve alta de 0,08% na PN e queda de 0,5% da ON, em dia de baixa do petróleo; e Vale subiu 0,12%, apesar do recuo do minério de ferro.

## DÓLAR

O dólar exibiu forte alta no mercado local no primeiro pregão de julho e voltou a fechar acima do nível de R\$ 5,20.

Em alta desde o início da sessão, o dólar atingiu o pico do dia no início da tarde, quando registrou máxima de R\$ 5,2167, na esteira do anúncio das sanções americanas. Após rondar os R\$ 5,20 no restante do pregão, encerrou em alta de 0,92%, a R\$ 5,2103 - maior valor de fechamento desde 30 de março (R\$ 5,2478). No ano, as perdas são de 5,08%.

que não houve acordo com a União Europeia sobre compensações pelas novas tarifas, conforme previsto no Artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT). Segundo o Executivo, o novo sistema de cotas é uma medida unilateral e não pode ser considerado uma compensação ao Brasil.

Apesar das divergências, o governo afirmou que continuará negociando com a União Europeia para buscar uma solução considerada aceitável para ambas as partes.

## NOVAS REGRAS

A Comissão Europeia anunciou que o volume de aço que poderá entrar no bloco sem pagar tarifas será reduzido em 47%, passando para 18,3 milhões de toneladas por ano.

Caso esse limite seja ultrapassado, será aplicada uma tarifa de 50% sobre o excedente em 26 categorias de produtos siderúrgicos. Na prática, os exportadores poderão vender uma quantidade menor de aço sem custos adicionais e pagarão uma tarifa maior caso excedam a cota.

Metade das cotas será destinada a países que têm acordos de livre comércio com a União Europeia. A outra metade ficará disponível para todos os parceiros comerciais, enquanto alguns países terão limites específicos definidos com base no histórico de exportações.

## PETROBRAS

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard (foto), afirmou ontem que a gasolina deve acompanhar a tendência de queda observada em outros combustíveis, que tiveram o preço reduzido nos últimos dias com a queda do valor do petróleo no mercado internacional.

Na terça-feira passada a estatal anunciou a redução do óleo diesel em R\$ 0,35 por litro. Já ontem, foi a vez de o querosene de aviação (QAV) ter uma redução de 14,5% anunciada pela empresa.

"Todos os nossos combustíveis acompanham a tendência dos preços internacionais", disse Magda. "No caso da gasolina, é a mesma coisa", completou.

Segundo a Petrobras, as reduções já anunciadas refletem a atenuação dos efeitos do conflito no Oriente Médio sobre os preços do petróleo e dos derivados, que haviam subido com o início do confronto entre Estados Unidos e Israel contra o Irã.

## EFEITO DA GUERRA

O motivo principal da alta foi o bloqueio do Estreito de Ormuz, ao sul do Irã. Antes da guerra, 20% da produção internacional de óleo e gás passava pela região. Com menos oferta de petróleo nos mercados, o preço subiu.

Apesar de o Brasil ser produtor de petróleo, o produto e seus derivados têm o preço definido no mercado internacional por serem commodities (matéria-prima negociada em grandes quantidades).

Mesmo que ainda haja relatos de ataques na região de Ormuz, navios petroleiros volta-



TANIA REGO/ABRASIL

ram a cruzar o estreito.

O preço do barril de petróleo tipo Brent (referência internacional) voltou a ser negociado na casa dos US\$ 70, cotação em linha com o período pré-conflito. Nos momentos mais críticos da guerra, chegou a custar mais de US\$ 110.

## "SEM ANSIEDADE"

Magda Chambriard disse que a empresa acompanha o cenário de preço global diariamente, mas sem trazer para o Brasil "volatilidade e a ansiedade".

"Vamos acompanhar a tendência, mas não todos os dias", disse ela, que considera que a gasolina "custou para subir".

Em 29 de maio de 2026, a Petrobras anunciou um reajuste de R\$ 0,48/litro, mas aderiu à subvenção (espécie de reembolso) do governo federal de R\$ 0,44/litro. Assim, o aumento efetivo

para as distribuidoras foi de R\$ 0,04/litro.

A presidente da estatal apontou que a atual política de preços tenta não trazer para o Brasil a volatilidade internacional, diferentemente do que ocorria em anos anteriores.

"Quando fizemos isso no passado, mais ou menos em 2018. Aquela aflição por aumentar o preço da gasolina todos os dias ou baixar o preço da gasolina todos os dias trouxe para a gente um efeito mais que indesejado, fez a Petrobras perder market share [participação de mercado]", lembrou.

De acordo com ela, a empresa analisa o cenário com "muita calma, muito profissionalismo".

"A gente quer atender à sociedade, quer fornecer produtos que caibam no bolso, mas a gente quer garantir o mercado Petrobras".

## RETIRADA DE SUBSÍDIOS

A atenuação dos efeitos da guerra fez também com que o governo federal iniciasse o processo de retirada de subsídios às empresas produtoras e importadoras de combustíveis.

No mesmo dia em que a Petrobras anunciou a queda do diesel, o governo cortou um alívio de R\$ 0,35 que valia para o combustível, utilizado majoritariamente por caminhões e ônibus.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, antecipou que o governo avalia a retirada do subsídio de R\$ 0,44 que vale para a gasolina.

Magda Chambriard, ao ser questionada se a Petrobras poderia reduzir o preço da gasolina antes mesmo do governo retirar o subsídio aos produtores e importadores, disse considerar a pergunta "prematura".

## ESTUDO

## BNDES mapeia 187 projetos para melhorar o transporte público

ALANA GANDRA/ABRASIL

O Estudo Nacional de Mobilidade Urbana (ENMU), lançado ontem pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), recomenda 187 projetos estruturantes que poderão aumentar em mais de 3 mil quilômetros o transporte público das 21 regiões metropolitanas mais populosas do país.

O valor total do investimento nos projetos foi estimado entre R\$ 400 bilhões e R\$ 430 bilhões.

Realizado entre 2024 e 2026 em parceria com o Ministério das Cidades, o estudo estruturou uma carteira de projetos, avaliados com base em projeções populacionais e de demanda para um horizonte de 30 anos.

Os projetos objetivam não só melhorar a infraestrutura e a qualidade de vida dos usuários do sistema de transporte, mas também dar maior segurança no trânsito, gerar renda para a população e reduzir as emissões de gás carbônico (CO<sub>2</sub>) na atmosfera.

Os investimentos previstos envolvem iniciativas na expansão de metrô, trem urbano, BRT, VLT e corredores de transporte. O primeiro empreendi-

mento já contratado com o BNDES visa à expansão da atual rede básica de transporte de Belo Horizonte (MG) de 84,2 quilômetros (km) para uma rede futura de 314,1 km, com aumento de 229,9 km e investimentos de R\$ 35,6 bilhões.

As 21 regiões contempladas pelo estudo abrangem as cidades de Belém, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Maceió, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Santos, São Luís, São Paulo, Teresina e Vitória, além do Distrito Federal.

O BNDES poderá financiar os projetos por meio do Fundo Clima, uma linha de financiamento destinada a apoiar projetos de investimento relacionados à redução de emissões de gases do efeito estufa e à adaptação às mudanças do clima e aos seus efeitos.

Segundo o diretor de Planejamento e Relações Institucionais do Banco, Nelson Barbosa, os projetos mapeados vão orientar as ações na área do transporte do governo federal, por meio do Ministério das Cidades, e também dos prefeitos e governadores.

O ministro das Cidades, Vla-

imir Lima, avaliou que o estudo resultante da parceria com o BNDES vai impactar positivamente as cidades no Brasil. "Será um verdadeiro (programa) Minha Casa Minha Vida para a mobilidade urbana", comparou.

Segundo ele, o ponto central do estudo é reconhecer que as soluções têm de ter uma vertente social, oferecendo segurança, conforto, previsibilidade, além das questões climáticas e econômicas. "Melhorar a mobilidade é devolver tempo para as pessoas estudarem, trabalharem e ficarem com suas famílias".

Para o Ministério das Cidades, o estudo representa uma ferramenta estratégica para fortalecer a política nacional de mobilidade urbana e apoiar estados e municípios na estruturação de projetos.

## CICLO VICIOSO

De acordo com a superintendente da Área de Soluções para as Cidades do BNDES, Luciene Machado, o Estudo Nacional de Mobilidade Urbana visa interromper o ciclo vicioso no qual o montante de receita disponível é progressivamente menor do que as necessidades, o que significa maior dificuldade de fazer

investimentos.

Atualmente, os investimentos em mobilidade urbana equivalem a 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país), mas podem chegar a 0,25% do PIB, representando investimentos de R\$ 20 bilhões por ano.

Luciene Machado elencou entre os principais benefícios dos projetos reunidos no estudo a redução de 15% do tempo gasto em deslocamento, o aumento do número de embarques diários, a taxa de retorno econômico e a diminuição do custo operacional por viagem de 11%. Ela estimou que em cerca de 15 anos será possível realizar os 187 projetos. "São exequíveis".

Outras vantagens incluem evitar emissões de CO<sub>2</sub> de 3 milhões de toneladas por ano, aumentar em 30% a acessibilidade e evitar mais de 27 mil vítimas por ano em sinistros.

No período de implantação, serão mobilizados mais de 1,3 milhão de empregos diretos e indiretos por ano e demandados até 6,6 mil ônibus elétricos, 2,4 mil carros metroferroviários e 600 composições de VLT.

Diário do  
**Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

## Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

## SENADO

# Centrais sindicais apoiam vigência imediata da PEC 6x1

GABRIEL MÁXIMO/AE

Representantes de centrais sindicais avaliam como bem-vinda a sugestão do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), de discutir a viabilidade da aplicação imediata da Proposta de Emenda à Constituição que acaba com a escala 6x1 e reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Eles ponderam, no entanto, que a prioridade é a aprovação célere do texto.

"A CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o Fórum das Centrais Sindicais são favoráveis à manutenção do texto que foi aprovado na Câmara. Se houver a possibilidade de retirar a transição, é ainda melhor, desde que haja garantia de que o texto não retorne à Câmara. A defesa é que a PEC seja votada logo", disse Sérgio Nobre, presidente nacional da CUT.

Segundo o senador Paulo Paim (PT-RS), durante reunião com as centrais sindicais na ma-

nhã desta quarta-feira, Alcolumbre questionou o motivo de a transição para a mudança trabalhista ser "longa" e sugeriu apresentar uma emenda de redação estabelecendo a vigência imediata do texto. Com isso, a PEC não precisaria retornar à Câmara para nova análise dos deputados.

"Ele disse que conversaria com a assessoria dele para saber se dá para fazer uma emenda de redação, se pode ser feito um ajuste dentro do governo depois

da promulgação que permita que ela entre em vigor de imediato. O Davi chegou a dizer que a transição é muito longa, o que mostrou uma grande disposição para que a PEC seja aprovada o mais rápido possível", declarou o petista.

Pelo texto aprovado na Câmara, a redução da jornada de trabalho ocorreria de forma escalonada: de 44 para 42 horas semanais, após 60 dias da promulgação da emenda, e de 42 para 40 horas semanais após 12 meses da primeira redução.

## AGRICULTURA FAMILIAR

# Ministra diz que Plano Safra terá foco em transição ecológica

FABIOLA SINIMBÚ/ABRASIL

A ministra do Desenvolvimento Agrário, Fernanda Machiaveli (foto), declarou que o Plano Safra para a agricultura familiar, além de ser o maior em crédito, com a oferta de R\$ 85,2 bilhões, também é o melhor, por ter reduzido a taxa de juros.

"Agora conseguimos produzir alimentos com a taxa de 2%. Se for agroecologia com a taxa de 1%", destacou durante o programa Bom Dia, Ministra, do Canal Gov, na manhã desta quarta-feira.

"Fizemos um Plano Safra que está voltado para a transição ecológica, que vem com todo um pacote de assistência técnica para garantir que a agricultura familiar possa produzir com insumos biológicos, cuidando do meio ambiente, cuidando dos recursos naturais e aplicando as melhores práticas", complementou Fernanda.

De acordo com a ministra, a política pública - lançada nessa terça-feira com incremento de 9% na oferta de crédito para o segmento - é parte de uma curva crescente. Fernanda lembrou que em 2023, a produção de alimentos tinha disponível em crédito R\$ 53 bilhões, com distribuição concentrada na Região Sul.

"Conseguimos fazer com que ele chegasse a todas as regiões, focando e dando condições mais facilitadas para os agricultores familiares que estão nas regiões que têm menor acesso, como as regiões Norte e Nordeste", diz Fernanda Machiaveli.



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

A ministra também destacou que a pasta do Desenvolvimento Agrário também mantém um conjunto de medidas para proteger a agricultura familiar dos efeitos da mudança climática, como o Pró-Agro, que é um seguro para quem contrata o Pronaf, e o Garantia Safra, que garante um benefício como proteção aos agricultores de subsistência do semiárido.

"A atividade agrícola é uma atividade de risco e no contexto de mudanças climáticas esse risco fica muito maior e nós já sabemos que este ano vai ser um ano desafiador para a população como um todo e para a agricultura familiar, em especial."

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) também mantém uma linha de crédito específica de adaptação climática, que alcança as produções das regiões Norte e Nordeste. Há ainda programa de fomento como o Terra à Mesa.

"Ontem nós publicamos o edital. São R\$ 413 milhões para a adaptação climática na região do semiárido. Esse apoio é para os agricultores consigam enfrentar esse contexto de maior instabilidade climática. Serão R\$ 8 mil para cada família. Vão ser 60 mil famílias no total, além de ter assistência técnica e formação".

Os recursos poderão ser usados para implantação de cisterna, energia solar, implementar a irrigação, fazer quintal produtivo ou qualquer tecnologia que permita a adaptação da produção de alimento no contexto de estiagem.

"Para o conjunto do país estão abertas as linhas de bioeconomia, de tecnificação, que tem taxa de 2% ao ano para financiar irrigação. Dentro do (programa) Mais Alimentos tem toda a possibilidade de financiar a tecnificação para a adaptação climática. Tudo isso com taxas que vão de 1,5% até 2% para financiamento desses investimentos", concluiu.

## POLÍTICA PÚBLICAS

# Pesquisa CNI: Setor da sociobioeconomia movimentou R\$ 2,7 tri

FABIOLA SINIMBÚ/ABRASIL

Políticas públicas associadas ao crescente interesse da iniciativa privada têm tirado a sociobioeconomia da invisibilidade e tornado cada vez maior a fatia de participação desse modelo de desenvolvimento no Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB).

A sociobioeconomia é um modelo de desenvolvimento econômico praticado por comunidades, principalmente em territórios coletivos como indígenas e quilombolas, que produzem bens e serviços a partir de práticas e uso de recursos naturais de forma sustentável. São exemplos o plantio de agrofloresta e de alimento e madeira a partir da restauração.

Uma pesquisa recente da Confederação Nacional da Indústria apontou que o setor já movimentou no país cerca de R\$ 2,7 trilhões, o equivalente a 25,3% do PIB brasileiro.

Para a diretora executiva da organização social Conexus, Fabíola Zerbin, o setor tem saído da invisibilidade após a inserção da sociobiodiversidade em políticas de governo como o Plano de Transformação Ecológica e novos instrumentos de finanças verdes, como o Ecoinvest.

"Começa-se a entender que fortalecer esse setor é estratégico para o país. Ele é estratégico com a agenda climática, de conservação, com uma agenda de justiça social, mas também com uma agenda econômica", afirma Fabíola Zerbin.

## ACESSO AO CRÉDITO

Para a gestora, embora o setor tenha se expandido e venha se estruturando na forma de cooperativas e associações, ainda há uma dificuldade em fazer com que os produtores na ponta acessem o crédito e os recursos financeiros disponíveis no mercado.

"Eles enfrentam uma série de adversidades porque a maior parte dos incentivos, das subvenções, dos subsídios ou das políticas de fomento mesmo ao modelo de desenvolvimento econômico não foram feitas para esses negócios comunitários", diz.

Um exemplo é Cooperativa de Agricultura Familiar Sustentável com Base na Economia Solidária (COPABASE), que existe há 18 anos, na cidade de Arinos, Cerrado de Minas Gerais. Com 165 cooperados, que produzem polpas de frutas e outros produtos sustentáveis do Cerrado, a cooperativa só teve acesso à primeira linha de crédito após mais de dez anos de existência.

"A gente pegou [crédito] para capital de giro para a semente de baru, que antes a árvore aqui era só para corte de madeira. Depois que a gente começou a beneficiar, os produtores perceberam que o baru vale mais em pé. Que eles vão ter mais renda do que com

a madeira para construir cerca e curral", diz a gestora ambiental e assistente técnica, Anny Carolyn Rocha.

A mesma dificuldade também foi enfrentada pela Associação dos Produtores Agroextrativistas da Colônia do Sardinha (Aspacs), no município de Lábrea, Sul do Amazonas.

As mercadorias produzidas pela Aspacs a partir do aproveitamento sustentável de recursos da Floresta Amazônica, como óleos de copaíba, andiroba e as manteigas de murumuru e tucumã, geram renda a mais de 1,5 mil famílias.

"A gente teve que buscar apoio da Conexus para conseguir financiamento e aumentar o número de colaboradores na época de produção, transformando o crédito em renda dentro das comunidades", diz a presidente da Aspacs, Marcikely Ferreira.

## PARCERIAS

Com o objetivo de abrir novas frentes de captação de recursos e atrair investidores interessados em soluções que conciliem desenvolvimento econômico, inclusão produtiva e conservação ambiental, uma parceria da Conexus com o Instituto Clima e Sociedade (iCS) e o Banco do Brasil pretende fazer com que R\$5 bilhões em crédito chegue, até 2030, aos produtores da sociobioeconomia, por meio do Programa Implementa Sociobio.

"A iniciativa contribui para ampliar o acesso a instrumentos financeiros, assistência técnica e mercados, fortalecendo cadeias produtivas sustentáveis", afirma José Ricardo Sasserone, vice-presidente de Governo e Sustentabilidade Empresarial do Banco do Brasil.

Para Fabíola Zerbin, transformar a floresta em pé em economia real, competitiva e capaz de gerar renda para quem vive nos territórios é um desafio que se bem superado pode impactar positivamente toda economia nacional.

"O modelo de uso da terra que o país, as empresas e, mesmo, o consumidor, decide fortalecer, apoiar, suportar, vai definir, lá na frente, o risco ao qual o país vai estar mais ou menos exposto. Uma vez que você está aumentando ou diminuindo o risco, você está aumentando ou diminuindo o custo", explica.

No caso da sociobioeconomia, a especialista defende que os impactos positivos vão muito além do valor do produto, por entregarem serviços ecossistêmicos, como a captura de gases do efeito estufa, e também mitigarem riscos associados à urgência climática.

"Minimiza o custo que o país vai ter para mitigar um risco como a falta de água, os problemas das cidades sendo inundadas, o problema de uma seca extrema, que vai ter que ser suprida de alguma forma por cisternas", conclui.

## CÂMARA

# Motta anuncia reunião com FPA para discutir renegociação de dívidas rurais

GABRIEL MÁXIMO/AE

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) (foto), informou ontem, que acertou a com a equipe econômica do governo e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) uma reunião na próxima terça-feira, para discutir a tramitação do projeto de lei de renegociação das dívidas dos produtores rurais. O encontro foi combinado por ele em reunião pela manhã com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, e com o líder do Governo na Câmara, Paulo Pimenta, segundo Motta diz na redes sociais.

"Comprometidos com a responsabilidade fiscal, alinhamos uma reunião com a FPA e a equipe econômica para a próxima terça-feira (7), na busca de um acordo para atender os produtores que foram afetados pelas intempéries climáticas", escreveu Motta em seu perfil no X. Já em relação ao projeto de



LULA MARQUES/ABRASIL

lei complementar que permite a redução dos impostos sobre os combustíveis, o presidente da Câmara afirmou que houve o "compromisso do Governo na revisão da subvenção da gasoli-

na nos próximos dias, de modo a garantir o diferencial em relação ao preço do etanol".

A pauta é uma demanda do setor sucroenergético, que teme perda de competitividade do

etanol com a subvenção à gasolina. Na terça-feira, o governo anunciou a retirada de parte da subvenção ao diesel e avalia fazer o mesmo com o outro combustível fóssil.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.064/2026**

O Pregoeiro Andre Luiz Borges de Castro convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.064/2026 no dia 14/07/2026 às 14h00min. - Objeto: **Aquisição de Materiais Hospitalares - Geral - EPI 2 - Máscaras, Toucas e Outros (escova para degermação, gorro cirúrgico, máscara de uso médico-hospitalar e etc.)** Processo nº. 33409.008505/2025-45. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.027/2026**

A Pregoeira Jerusa Ferreira Dias convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.027/2026 no dia 14/07/2026 às 11h. - Objeto: **Aquisição de materiais hospitalares (algodão, hidrófilo, atadura de algodão, compressa hospitalar e etc.)** Processo nº. 33409.008323/2025-74. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.



## PESQUISA

## SP registra recorde de mortes em ações policiais desde 2019

RAYANDERSON GUERRA/AE

O Estado de São Paulo registrou em 2025 o maior número de mortes decorrentes de intervenção policial desde 2019. Ao todo, 834 pessoas perderam a vida em ações das forças de segurança estaduais - um incremento de 2,3% comparado ao ano anterior. Os indicadores de mortes por intervenção policial contrastam com o recuo no número de roubos (-18,8%), furtos (-6,3%) e latrocínios (-50%).

De acordo com o levantamento, 98,7% das vítimas eram homens e 64,6% se autodeclaravam negros (pretos ou pardos). A capital concentrou 30,5% de todas as ocorrências registradas no Estado. Jovens de até 29 anos são a maioria das vítimas: foram 348 mortes na faixa de 18 a 29 anos e 34 de adolescentes entre 12 e 17 anos.

Em nota, a Secretaria da Segurança Pública diz que promove ações permanentes para redução da letalidade policial, "com aperfeiçoamento de protocolos operacionais, formação continuada de agentes, ampliação do uso de tecnologias e uso de equipamentos de menor potencial ofensivo".

"A dinâmica de ocorrências criminais envolve múltiplos fatores, e a atuação das forças de segurança é pautada exclusivamente por critérios técnicos e legais. Todas as ocorrências de mortes por intervenção policial (MDIPs) são rigorosamente investigadas, com acompanhamento das corredeiras das polícias, do Ministério Público e do Poder Judiciário", acrescenta.

A SSP diz ainda que São Paulo ampliou o monitoramento em tempo real das ações policiais. "São Paulo é referência no uso de Câmeras Operacionais Portáteis (COPs) e monitoramento em tempo real das ações policiais. Desde 2023, o total de

equipamentos foi ampliado para 15 mil, um aumento de 48,1% em relação a contratos firmados na gestão anterior. Em outra frente, o programa Muralha Paulista integra tecnologia, inteligência e bancos de dados com mais de 125,5 mil câmeras interligadas e mais de 70% da população paulista coberta pelo sistema", diz.

## CENÁRIO NACIONAL

A tendência de alta paulista não é isolada. O monitoramento da Rede de Observatórios da Segurança - que engloba Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo - contabilizou um total de 4.330 mortes decorrentes de intervenção estatal em 2025, um avanço de 6,4% em relação ao ano anterior.

Excluindo-se os registros sem identificação racial, 86,3% (3 104) das vítimas eram negras. Em média, cidadãos negros têm quatro vezes mais chances de serem mortos pela polícia no Brasil do que pessoas brancas, de acordo com o estudo.

Além de São Paulo, outros três Estados registraram seus maiores índices desde 2019: o Pará (632 mortes), o Ceará (200) e o Maranhão (142). No caso maranhense, a alta expressiva de 86,8% em apenas um ano é atribuída por analistas à interiorização e ao avanço de grandes facções criminosas originárias de São Paulo e do Rio de Janeiro, em disputa por rotas logísticas com grupos locais.

Na Bahia, dos 1.570 mortos por letalidade policial em 2025, as pessoas negras representaram 93,9% vítimas, totalizando 1.243 mortes. Em Pernambuco, onde 94,4% das vítimas eram negras, as mortes avançaram 30,9% em meio à implementação do programa estadual "Juntos pela Segurança".

## ALERTA HÍDRICA

ELISA CALMON/AE

O Sistema Cantareira, principal manancial de abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo, passou a operar ontem, na Faixa 3 (Alerta), após encerrar junho com volume útil inferior a 40%. O sistema registrou 39,8% da capacidade, abaixo do Sistema Integrado Metropolitano (SIM), que está em 52,4%.

De acordo com as regras definidas pela Resolução Conjunta nº 925/2017, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e da SP Águas, a permanência do volume útil entre 30% e 40% no último dia útil de junho determina a operação do Cantareira na Faixa 3 durante todo o mês de julho. Nessa condição, a Sabesp fica autorizada a retirar até 27 metros cúbicos por segundo (m³/s) do sistema ante 31m³/s anteriormente.

Como medida de mitigação, a companhia também poderá utilizar a vazão eventualmente transportada no reservatório da Usina Hidrelétrica (UHE) Jaguari, na bacia do rio Paraíba do Sul, respeitado o limite outorgado.

A entrada na Faixa 3 ocorre cerca de duas semanas após o governo paulista revisar a metodologia de monitoramento da segurança hídrica da Região Metropolitana de São Paulo. As mudanças passaram a considerar uma série histórica de 15 anos, incluindo eventos como El Niño e La Niña, e criaram uma curva específica para o Cantareira após o sistema registrar, no ciclo 2025/2026, chuvas equivalentes a 62% da média histórica, ante 90% no ciclo anterior.

Em nota, a ANA e a SP Águas reforçaram a importância da adoção de medidas de gestão da demanda para reduzir o consumo e as perdas de água, além de estimular o uso racional do recurso pela população e pelos demais usuários, com o objetivo de preservar os volumes arma-



NILTON CARD/ESTADÃO

zenados nos reservatórios.

A gestão do Sistema Cantareira é compartilhada entre a ANA e a SP Águas, que monitoram diariamente os níveis, as vazões e o volume armazenado para orientar as decisões operacionais. As regras atuais foram estabelecidas após a crise hídrica de 2014/2015 e definem os limites de retirada de água conforme o volume acumulado nos reservatórios.

O Sistema Cantareira abastece cerca de metade da população da Região Metropolitana de São Paulo e também contribui para o abastecimento de municípios das bacias PCJ, como Campinas. É formado pelos reservatórios Jaguari, Jacaré, Cachoeira, Atibainha e Paiva Castro, que somam capacidade útil de 981,56 bilhões de litros. Desde 2018, o sistema conta com a interligação entre a represa da UHE Jaguari, na bacia do rio Paraíba do Sul, e o reservatório Atibainha, estrutura que ampliou a segurança hídrica da região. Sistema Cantareira, em São Paulo, passa a operar na faixa de alerta a partir desta quarta-feira, o

Sistema Cantareira, principal manancial de captação e tratamento de água da Grande São Paulo, inicia a operação de alerta.

A decisão foi tomada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e pela Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas) após o sistema registrar volume útil de 39,87%, na terça-feira (30).

O volume útil apresentou leve queda em relação ao mês passado, que atingiu o valor de 40,52%, em 29 de maio, o que já era esperado devido ao início do período seco. Em comparação a junho do ano passado, houve recuo de 18,7% no volume útil. O sistema hídrico continha o volume útil de 47,33%.

Em razão disso, a Sabesp está autorizada a retirar do Cantareira até 27 metros cúbicos por segundo (m³/s). A empresa também pode utilizar a água transportada do reservatório da Usina Hidrelétrica Jaguari, na bacia do Rio Paraíba do Sul.

Quando o volume útil da Cantareira está na faixa entre 30% e 40%, o sistema hídrico se

enquadra na faixa operacional 3, que é a de alerta.

Durante esse período, pode ser aplicada a Gestão de Demanda Noturna (GND) de 10 horas, que é a diminuição da pressão na rede de abastecimento nos horários de menor consumo. A implementação dessas restrições depende de os índices permanecerem na mesma faixa por sete dias seguidos, o que não ocorreu até agora.

Em nota à imprensa, a gestão conjunta do Sistema Cantareira reforçou a importância da adoção das medidas.

"A ANA e a SP Águas reforçam a importância da adoção de medidas operacionais de gestão da demanda no contexto dos serviços de abastecimento de água tanto para a redução do consumo de água e de perdas quanto para o estímulo ao uso racional do recurso pela população", explicam as empresas.

Além disso, as agências orientam que os usuários usem a água de maneira consciente visando a conservação das reservas do sistema.

## Nota

### JUSTIÇA NEGA LIMINAR DE COTAS RACIAIS EM RESIDÊNCIA MÉDICA DO EINSTEIN

A Justiça Federal negou liminar pedida pelo Ministério Público Federal (MPF) para obrigar o Hospital Israelita Albert Einstein a implantar de imediato a política de cotas raciais na residência médica. A decisão, no entanto, permite que a ação prossiga para uma análise jurídica mais aprofundada da questão. O juiz mandou intimar o Einstein para contestar a ação. Em nota, o Einstein informou que a lei 12.711, de 2012, deixou expressa a restrição da obrigação de reserva de cotas às "instituições federais de educação superior", o que não é o caso do Einstein.

## GESTÃO TARCÍSIO

# Mais de 30 rodovias no Estado de São Paulo têm pedágio reajustado

As tarifas de pedágio foram reajustadas em mais de 30 rodovias administradas por concessionárias em São Paulo nesta quarta-feira.

Segundo a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), o reajuste é com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre junho de 2025 e maio de 2026, de 4,72%, seguindo as regras previstas nos contratos de concessão realizados pelo governo estadual até 2017.

Desde 1998, início do Programa de Concessões em São Paulo, a

o reajuste é aplicado todo dia 1º de julho.

Os novos pórticos do Siga Fácil fazem parte das concessões mais recentes, que cobram por trecho percorrido, e não entram no reajuste dos contratos antigos, que foram aplicadas ontem. Em algumas dessas concessões, a tarifa até cai: na Rota Mogiana, a praça de Jaguariúna passa de R\$ 17,60 para R\$ 8,80 a partir de 1º de julho, com reduções também em outras praças da região.

"As concessões mais recentes já contemplam o sistema Siga Fácil, com instalação de pórticos

eletrônicos que fazem a leitura automática da tag ou placa do veículo, economizando tempo e permitindo a cobrança de tarifas proporcionais por trecho, com justiça tarifária. Para esses contratos, os reajustes ocorrem na data de aniversário das assinaturas", informa o governo estadual.

De acordo com o governo estadual, o reajuste não vale para todas as rodovias do estado, só para os contratos das concessionárias das 1ª e 2ª fases do Programa Estadual de Concessões, além das concessionárias Rodanel Oeste, SPMAR, Tamoios e Entrevias (com reajuste a partir

de 6 de julho), conforme a homologação da Artesp. As demais concessões reajustam os valores dos pedágios em outras datas ao longo do ano.

O governo esclareceu ainda que para a Rodovia dos Tamoios, foi homologado reajuste provisório de 5,08%, já que o contrato prevê a utilização do IPCA de junho como índice de reajuste.

O indicador é divulgado ao longo de julho pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e após essa divulgação a Artesp refará os cálculos para verificar se será necessário algum ajuste na tarifa.

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**  
CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 159ª (CENTÉSIMA QUINGUAGÉSIMA NONA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários Das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries Da 159ª (Centésima Quinquagésima Nona) Emissão Da Canal Companhia De Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 14 do Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Para Emissão Dos Certificados De Recebíveis Imobiliários Das 1ª (Primeira) E 2ª (Segunda) Séries Da 159ª (Centésima Quinquagésima Nona) Emissão Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela Atrium Participações Ltda. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunião em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em caráter de convocação, a realizar-se no dia 21 de julho de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de waiver a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme disposto na Cláusula 8.2, subitem (i) do "Instrumento Particular Da 6ª (Sexta) Emissão De Notas Comerciais, Com Garantias Real E Fiduciária, Em Duas Séries, Para Colocação Privada, Da Atrium Participações Ltda." (Nota Comercial), em decorrência do descumprimento da obrigação da Emitente enviar à Securitizadora, cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais, conforme aplicável, acompanhadas de notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, nos termos da Cláusula 9.2, subitem (i), alínea (a) da Nota Comercial; (ii) Aprovar a concessão de waiver a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme disposto na Cláusula 8.2, subitem (i) da Nota Comercial, em decorrência do descumprimento da obrigação da Emitente enviar à Securitizadora, declarada assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da Devedora, na forma do seu contrato social, atestando (a) que permanecem válidas as disposições contidas nos Documentos da Operação; e (b) a não ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 9.2, subitem (ii), alínea (g) da Nota Comercial; (iii) Caso aprovados os itens (i) e (ii) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de até 31 de julho de 2026, para que as obrigações sejam devidamente cumpridas; e (iv) Aprovar a liberação das unidades A 101 e C 105, objeto das matrículas de nº 175.447 e nº 175.465, respectivamente, registradas no 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, constituídas como garantia da Emissão, a ser formalizada pela Securitizadora, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de realização da presente Assembleia. Fica consignado que, após a liberação das unidades objeto da presente deliberação, a Razão de Garantia deverá permanecer devidamente enquadrada, observados os parâmetros e critérios previstos nos Documentos da Operação. (v) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail [assembleias@oliveiras.com.br](mailto:assembleias@oliveiras.com.br) com cópia para o e-mail [juridica@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridica@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração e os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail [juridica@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridica@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração e os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail [juridica@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridica@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração e os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail [juridica@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridica@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração e os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail [juridica@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridica@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração e os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail [juridica@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridica@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração e os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail [juridica@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridica@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração e os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail [juridica@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridica@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração e os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail [juridica@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridica@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração e os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail [juridica@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridica@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração e os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail [juridica@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridica@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração e os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail [juridica@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridica@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração e os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail [juridica@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridica@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração e os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail [juridica@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridica@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração e os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail [juridica@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridica@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração e os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail [juridica@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridica@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração e os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail [juridica@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridica@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração e os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail [juridica@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridica@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração e os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail [juridica@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridica@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração e os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail [juridica@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridica@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração e os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail [juridica@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridica@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração e os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o e-mail [juridica@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridica@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Lotus (159)", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de

## EVANGÉLICOS SE PROTEGEM

## Mendonça libera Crivella, ficha suja, a disputar Senado

RAISA TOLEDO/AE

O ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) André Mendonça concedeu uma liminar que libera o deputado federal Marcelo Crivella (Republicanos-RJ) para disputar uma vaga ao Senado nas eleições.

A decisão desta terça-feira, suspende inelegibilidade por condenação no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), já que recurso especial apresentado por Crivella ainda aguarda julgamento no TSE.

Segundo Mendonça, impedir o parlamentar de participar do processo eleitoral antes da análise final do caso poderia gerar consequências de "difícil reparação".

"A suspensão cautelar dos efeitos do acórdão recorrido preserva a utilidade do recurso especial e evita dano de difícil reparação, sem produzir irreversibilidade jurídica. A medida é provisória, limitada à superveniência de nova deliberação desta Corte Superior, e não impede o exame exauriente das teses recursais, nem antecipa o resultado do julgamento de mérito", justificou na decisão.

O ministro acrescentou que manter os efeitos da decisão da Justiça Eleitoral fluminense poderia inviabilizar a participação de Crivella nas etapas iniciais da disputa, como as convenções partidárias e o registro da candidatura.

A condenação de Crivella no TRE-RJ está relacionada a um esquema que ficou conhecido como "QG da Propina", durante sua gestão como prefeito do Rio de Janeiro, e se baseou em dados produzidos pela Operação Hades, deflagrada pelo Ministério



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

Público do RJ e pela Polícia Civil.

Segundo os autos do processo, o esquema facilitava pagamentos do governo municipal a empresas específicas, burlando a ordem cronológica de pagamentos e favorecendo determinadas contratações.

Em troca desse favorecimento, essas empresas prestaram apoio financeiro irregular para as campanhas eleitorais de Crivella a prefeito em 2016 e 2020. Segundo a acusação, as condutas começaram como uma forma de quitar "dívidas políticas" assumidas na eleição de 2016.

O TRE entendeu que o então prefeito tinha conhecimento e anuência em relação às práticas. A condenação dele pelos ilícitos eleitorais de abuso de poder político e poder econômico e conduta vedada ao agente público resultou na inelegibilidade por 8 anos, contados a partir das elei-

ções municipais de 2020, além do pagamento de multas.

No recurso, Crivella alega que houve uma "indevida transposição de fatos" da eleição de 2016 para a de 2020, e que não há demonstração de repercussão juridicamente relevante no pleito mais recente. Segundo o argumento, o prazo para investigar os fatos na ação relativa a 2020 já teria expirado.

Além desse processo eleitoral, uma ação penal eleitoral baseada nos mesmos fatos ainda tramita no TRE-RJ. O tribunal tem dois votos pela rejeição da denúncia contra Crivella pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. A análise não foi concluída.

Esse fato foi citado por Mendonça como um reforço à plausibilidade do recurso.

A decisão altera o cenário da

disputa pelas duas vagas ao Senado pelo Rio de Janeiro, que já reúne uma lista de pré-candidatos. Na base do prefeito carioca e pré-candidato ao governo Eduardo Paes (PSD), figuram Benedita da Silva (PT-RJ), que lidera todos os cenários, e Pedro Paulo (PSD-RJ), além de Helena Vieira (PSDB-RJ) e Marcos Dias (Podemos-RJ).

No grupo político de Douglas Ruas (PL-RJ), deputado estadual e também pré-candidato ao governo, o União Brasil lançou o ex-prefeito de Belford Roxo Márcio Canella, enquanto o PL ainda busca definir quem substituirá o ex-governador Cláudio Castro, declarado inelegível.

Com a liminar, Crivella passa a integrar a lista de pré-candidatos fora dos dois principais blocos da disputa, assim como a vereadora carioca Monica Benício (PSOL-RJ).

## SAÚDE

## Ministério prorroga vacinação contra HPV para jovens de 15 a 19 anos

DALILA SANTANA/AE

O Ministério da Saúde prorrogou até 31 de dezembro a estratégia de vacinação contra o HPV para jovens de 15 a 19 anos. Inicialmente prevista para terminar em junho, a ação foi estendida para ampliar a cobertura vacinal e alcançar quem perdeu a oportunidade de se vacinar na idade recomendada.

Desde o início da estratégia, cerca de 287 mil doses da vacina contra HPV foram aplicadas nessa faixa etária, sendo 124.172 em garotas e 163.502 em garos-

tos, segundo a pasta.

Com a prorrogação da campanha, o ministério orienta estados e municípios a reforçar a vacinação em escolas, universidades e outros espaços frequentados por esse público.

Além da ação temporária voltada para jovens de 15 a 19 anos, a vacina contra o HPV é oferecida gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para meninas e meninos de 9 a 14 anos e para grupos específicos, como pessoas vivendo com HIV, transplantados, pacientes oncológicos, usuários da profilaxia

pré-exposição ao HIV (PrEP) e vítimas de violência sexual.

A vacina também está disponível na rede particular para pessoas de 9 a 45 anos. Para aqueles de 9 a 19 anos, o esquema vacinal é composto por duas doses, com seis meses de intervalo entre elas. Já pessoas com 20 anos ou mais devem receber três doses, sendo as duas últimas após dois e seis meses do início da imunização.

## VACINA PREVINE

O papilomavírus humano (HPV) é um vírus transmitido

principalmente por contato sexual. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca), a maioria das infecções desaparece espontaneamente, mas, quando o vírus persiste no organismo, pode causar lesões pré-cancerígenas. Se não tratadas, essas lesões evoluem para câncer.

Além de estar presente em praticamente todos os casos de câncer do colo do útero, o HPV também está associado aos cânceres de ânus, pênis, vulva, vagina e orofaringe - e a vacina ajuda a proteger contra esses tumores.

## TUTISMO

## Trilha nas Ilhas Cagarras exige preparo e oferece vista única do Rio

TANIA REGO/ABRASIL



MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

Oito horas da manhã. A saída da embarcação Mergulho Carioca do cais principal da Marina da Glória, na região central do Rio de Janeiro, estava agendada para esse horário, mas precisou ser adiada por conta de um nevoeiro.

Os minutos a mais não abalaram aqueles que, desde 2012, aguardavam por esse momento: a inauguração oficial da primeira trilha insular em uma Unidade de Conservação no Rio, a Trilha da Comprida, na Unidade de Conservação Monumento Natural das Ilhas Cagarras (Mona Cagarras).

A nova trilha, aberta oficialmente no último domingo conta com trajeto de 1,2 quilômetro, de dificuldade moderada a alta. O acesso é apenas pelo mar.

O percurso começa com mergulho e nado por cerca de 30 metros, passa por subida pelo costão de pedra e segue com uma caminhada em declive, pela encosta rochosa. A Agência Brasil acompanhou a inauguração e percorreu toda a extensão da trilha.

O lugar é familiar para muitos que vivem e que passam pelo Rio. A Mona Cagarras está localizada a aproximadamente 5 quilômetros da Praia de Ipanema e faz parte do horizonte de uma das orlas mais famosas do Brasil. Antes de se tornar unidade de conservação, em 2010, as ilhas eram destino turístico de embarcações, usadas para churrascos e outras práticas que deterioraram o lugar e levaram ao seu fechamento ao público em geral.

"Nas primeiras coletas de lixo que fizemos, a gente tirava cerca de 500 quilos de lixo, 200 quilos de lixo. Era muita coisa. Chegava a ter pneu, grade. Isso ao longo de muitos anos. Agora, teve uma ida em que a gente não coletou nada. A gente ficou tão feliz", contou, durante o trajeto de barco às Cagarras, Flávio Carneiro, conhecido como Bagre.

Carneiro, que é escalador, tem uma forte relação com as ilhas, onde escala desde 2002. Ele fez parte do grupo que, em 2012, começou a pensar uma trilha no local. Anos depois, se emociona com a abertura:

"Essa beleza cênica, essa importância da natureza. A oportunidade de você fazer um pequeno circuito nessa ilha é algo impressionante".

## RECUPERAÇÃO

Após anos de recuperação e proibição de subida nas pedras, o local foi reaberto com a inauguração da Trilha da Comprida, localizada na Ilha Comprida, uma das quatro que compõem a unidade.

A Mona Cagarras é formada também pelas ilhas de Palmas, Cagarra e Redonda, além das menores, Filhote da Cagarra e Filhote da Redonda.

Para a analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBio e gestora da Mona Cagarras, Tatiana Ribeiro, a abertura da trilha é estratégica para a conservação do lugar.

"Ajuda a atrair o bom visitante, que é aquele visitante que vem desfrutar dessa paisagem, dessa beleza e que também acaba sendo parceiro, no sentido de, se ver algum problema, irre-

gularidade, ele vai nos acionar", diz. A trilha passa a integrar Trilha Transcarioca, sendo o primeiro trecho oceânico do percurso. A Transcarioca é uma trilha de longo curso do Rio de Janeiro, com 180 quilômetros de extensão, que sai da Barra de Guaratiba, na Zona Oeste do município, e termina no Morro da Urca, aos pés do Pão de Açúcar, na Zona Sul.

A Ilha Comprida ganhou a marca da Transcarioca, as pedregaladas de sapato que indicam o caminho a ser percorrido. A trilha conta ainda com placas educativas, que explicam as paisagens, fauna e flora do local e a origem das formações rochosas.

## TRAJETOS E PAISAGENS

Os visitantes podem, de acordo com as próprias limitações e interesses, escolher o trajeto a ser percorrido.

Na primeira parada indicada, é possível avistar, do mar, a cidade do Rio de Janeiro, com o desenho da cadeia de montanhas que formam o "Gigante Adormecido", que tem a Pedra da Gávea como nariz, o Dois Irmãos e o Corcovado como parte do corpo, e o Pão de Açúcar formando os pés.

"Até a inauguração dessa trilha, não havia essa possibilidade de estar aqui, de desembarcar, caminhar por essa trilha, que é uma trilha exigente, que precisa de algum preparo e um nível de segurança também adequado, mas que oferece esse novo olhar da nossa cidade", diz o Gerente do ICMBio para a região sudeste, Breno Herrera.

## CRIAÇÃO DA TRILHA

A Mona Cagarras foi criada em 2010 com o objetivo de preservar remanescentes do ecossistema insular da Mata Atlântica.

Além da vegetação e dos animais que vivem na ilha, como a pererequinha-de-bromélia, a Mona Cagarras é um santuário para as aves marinhas. O local abriga a maior colônia reprodutiva de fragatas (Fregata magnificens) do Atlântico Sul e a segunda maior de atobás-marrom (Sula leucogaster) da costa brasileira, além de servir de abrigo para descanso, alimentação e reprodução para outras 49 espécies de aves.

O arquipélago também serve como um dos melhores abrigos na costa da cidade do Rio de Janeiro para baleias e golfinhos, com destaque para as baleias jubartes e orcas.

Segundo o ICMBio, a possibilidade de visitação na área terrestre, por meio da Trilha da Comprida, foi idealizada em 2012 por conselheiros e pesquisadores da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) da área de turismo ecológico, e entrou no Plano de Uso Público, publicado em 2021 como um novo atrativo a ser instalado.

Desde então, a instalação da trilha começou a ser planejada e foi desenvolvido um protocolo de segurança, com formação de pessoal, como barqueiros e condutores.

Para vender pacotes e operar na região comercialmente, é preciso estar credenciado junto ao ICMBio. Novas turmas de capacitação e editais de credenciamento serão abertos para quem quiser atuar comercialmente na região.

## ZONA OESTE

## Nova enfermaria abre 90 vagas mensais no Hospital Cardoso Fontes

O Hospital Federal Cardoso Fontes, em Jacarepaguá, na zona oeste do Rio de Janeiro, ganhou na terça-feira passada uma nova enfermaria da Unidade de Pacientes Internos (UPI). A estrutura foi modernizada para ampliar a capacidade de atendimento e oferecer mais conforto aos pacientes e melhores condições de trabalho às equipes de saúde.

Com a nova ala, a unidade poderá realizar cerca de 90 internações mensais a mais nas especialidades clínicas e cirúrgicas. O espaço conta com salas de repouso, reuniões médicas, preparo de medicações, posto de enfermagem e área administrativa.



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

A entrega, feita pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha (foto), integra a reestruturação do Hospital Federal Cardoso

Fontes, cuja gestão foi descentralizada para a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro em dezembro de 2024.

Nos cinco primeiros meses de 2026, a unidade registrou mais de 216 mil procedimentos ambulatoriais, 91 mil exames, 3.360 intervenções e 1.670 cirurgias.

A taxa de ocupação dos leitos passou de 63%, em 2024, para 98%, em 2025, segundo o Ministério da Saúde.

As ações fazem parte da recuperação da rede federal de saúde do estado, por meio do programa Agora Tem Especialistas. Desde a reabertura do Centro de Emergência Regional (CER), que funciona 24 horas, o hospital realizou mais de 17 mil atendimentos, recebeu dois tomógrafos — um deles adaptado para pacientes obesos — e reforçou o quadro de profissionais.

**IMPROBIDADE**

# STF derruba norma que reduzia prazo de prescrição de ações

RAISA TOLEDO/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu ontem, o julgamento sobre a reforma da Lei de Improbidade Administrativa promovida pelo Congresso Nacional. A sessão também marcou o encerramento dos trabalhos da Corte no primeiro semestre de 2026: o tribunal entra em recesso de 2 a 31 de julho.

Os ministros invalidaram a redução pela metade do prazo de prescrição de ações por improbidade. O plenário entendeu que a alteração esvaziaria os mecanismos de combate a irregularidades na administração pública e poderia levar ao encerramento prematuro de milhares de processos em andamento.

"São 28.379 ações de improbidade nos últimos 6 anos de todos os tribunais. O maior intervalo existente é entre o ajuizamento da ação e a sentença de primeiro grau: 5 anos e 10 meses. Se a lei estivesse em vigor, todos estariam prescritos", argumentou o ministro Alexandre de Moraes.

Embora tenham afastado esse trecho da legislação, a Corte estabeleceu um prazo máximo para a duração das ações. A partir da decisão, os processos deverão ser concluídos em até 20 anos, em lógica semelhante à utilizada na prescrição penal.

A Lei de Improbidade Administrativa está em vigor desde 1992 e prevê punições para agentes públicos envolvidos em práticas ilegais que atentem contra os princípios da administração pública ou provoquem prejuízo ao erário. A reforma, aprovada em 2021, alterou pontos considerados centrais do modelo, o que levou à judicialização das mudanças no Supremo.

A análise pelo STF das mudanças promovidas na norma pelo Congresso se estendeu por várias sessões. Nesta quarta, o presidente da Corte, ministro Edson Fachin, justificou

o alongamento: "Essas sessões se mostraram necessárias porque havia uma minúscula (detalhes) em cada dispositivo e, portanto, adotamos essa metodologia."

A Suprema Corte analisou pelo menos 16 grupos de dispositivos da lei reformada pelo Congresso. Confira as principais conclusões definidas pelos ministros:

**Improbidade exige dolo:** ficou definido que não existe ato de improbidade administrativa culposo e mantida a exigência de dolo (intenção de cometer a ilegalidade) para que o ato seja enquadrado como improbidade;

**Proteção para divergências de interpretação:** mantida cláusula segundo a qual um agente público não pode ser punido por agir com base em uma interpretação da lei que, naquele momento, era aceita pela Justiça, salvo em caso de dolo ou erro grosseiro;

**Perda da função pública ampliada:** a sanção pode atingir outros vínculos públicos do condenado, não apenas o cargo ocupado no momento do crime;

**Bloqueio de bens:** foram afastadas restrições impostas pela reforma, ampliando as possibilidades de indisponibilidade de patrimônio para garantir eventual ressarcimento ao erário;

**Prazo para ações de improbidade:** considerada inválida a redução automática do prazo prescricional prevista na reforma e fixado limite máximo de 20 anos para a duração das ações;

**Juiz pode reclassificar a conduta:** derrubada regra que impedia o juiz de dar enquadramento jurídico diferente aos fatos narrados na petição inicial;

**Direitos políticos:** foi considerada inconstitucional a regra que permitia descontar, do período de suspensão dos direitos políticos, o tempo transcorrido entre a condenação colegiada e o trânsito em julgado.

**GUARDA CIVIL**

# Justiça de SP condena ex-agentes que atuavam na Cracolândia

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

Três ex-agentes da Guarda Civil Metropolitana da cidade de São Paulo foram condenados pela 1ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital a perda da função pública e à prisão, com penas entre 11 e 16 anos em regime fechado.

Os agentes, denunciados pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público, atuaram entre outubro de 2019 e janeiro de 2023 e abasteceram o mercado ilegal de armas e munições na região do centro da cidade que ficou conhecida como Cracolândia.

Também vendiam bloqueadores de sinais de radiofrequência, usados na ocultação de veículos roubados.

Segundo a denúncia apresentada pelo MPSP, o esquema se beneficiava do cenário de degradação e da elevada incidência de atividades crimi-

nosas naquela área da cidade. "Ainda de acordo com as apurações, o comércio clandestino de armas integrava um ecossistema criminoso mais amplo, marcado também por receptação, tráfico de drogas, exploração de jogos de azar e corrupção de agentes públicos" explicou, em nota, o GAECO.

A Cracolândia, no centro de São Paulo, se caracterizava por uma cena de uso aberto de drogas. Além do uso de diversos usos de entorpecentes, principalmente o álcool, acolhia redes de tráfico e receptação de furtos.

Há cerca de um ano e meio ela foi dispersada, permanecendo ainda grupos pequenos, com menos de 15 indivíduos, que consomem entorpecentes abertamente na região. Boa parte dos moradores de rua que ficavam próximos ou participavam das cenas foram deslocados para outras regiões da cidade, como Raposo Tavares, Cidade Tiradentes, Vila Leopoldina e Jardim Ângela.

**CÂMARA**

# Projeto que iguala misoginia ao crime de racismo será agilizado

LEVY TELES/AE

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, acelerar a tramitação do projeto de lei que equipara a misoginia ao crime de racismo. Agora, o texto deixa de ser analisado em comissões para já poder ir diretamente para a apreciação do plenário.

Houve resistência das bancadas evangélica e católica, que orientaram voto contrário. Essas duas frentes parlamentares manifestam receio que o texto possa criar barreiras para a garantia da liberdade religiosa. O placar final da votação terminou com 293 votos sim e 158 votos não.

"Eu tenho mais de 100 deputados. É uma bancada muito eclética. Teria muita dificuldade de votar a favor neste momento", disse Gilberto Nascimento (Podemos-SP), presidente da bancada evangélica, que pediu voto contrário.

A relatora da matéria, deputada Tabata Amaral (PSB-SP), negocia uma redação que contorne esse problema e procura chegar a um consenso entre os deputados.

O próprio presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), pediu apoio dos deputados à aceleração do projeto. "Teremos todo o zelo e cautela ao pautarmos o mérito dessa matéria. Ela (Tabata) nem tem

como construir o relatório já que ela não está de fato designada como relatora dessa matéria. E a urgência sendo aprovada, vamos ao lado das lideranças, com muita cautela e respeito poder construir o melhor texto possível", disse.

O deputado Kim Kataguiri (Missão-SP) rejeitou a sugestão de Motta. "Eu não voto texto que não existe. Hoje estamos dando uma carta branca, só que não existe texto final. Não sabemos exatamente o que será votado", afirmou o deputado.

Opositoristas dizem que o projeto pode afetar a liberdade de expressão e querem que Tabata assegure no texto a garantia de liberdade religiosa. Eles também discutem a inclusão da palavra "ofensa" no texto, por entenderem que poderia ser vago o suficiente e sujeito a interpretação. A deputada ainda não apresentou a nova versão do texto.

"Hoje existe uma verdadeira indústria do ódio, que opera nas redes, que captura meninos muito jovens e os ensina, dia após dia, a enxergar a mulher como inimiga, como objeto, como culpada", disse Tabata, em defesa da proposta. "Chamar isso pelo nome de misoginia é um ato fundamental de proteção que uma sociedade deve oferecer a todas nós, começando pelas pequenas: admitir que essa coisa tem contorno, é concreta,

tem uma motivação e deve ser punida."

A proposta até então divulgada tornaria a injúria a uma mulher como um crime com pena de dois a cinco anos de prisão, e multa com agravante do aumento da pena pela metade se o crime for cometido com duas ou mais pessoas ou se cometido contra criança, adolescente, pessoa idosa ou com deficiência.

Em caso de desobediência, diz o texto, o juiz ainda poderia determinar a suspensão temporária da conta ou perfil que veiculou conteúdo misógino. A pena pode ser aumentada até o dobro se o infrator nas redes cometer o crime "com o fim de obter vantagem econômica" ou se o criminoso detiver "expressiva audiência, influência pública ou capacidade ampliada de difusão no conteúdo em meio de comunicação ou plataforma digital".

O texto ainda diz que o juiz deve considerar como discriminatória qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida, e que usualmente não se dispensaria a outros grupos em razão de cor, etnia, religião, procedência nacional ou condição de mulher".

Crimes de calúnia (seis meses a dois anos de prisão e multa), difamação (três meses a um

ano de prisão e multa) e injúria (um a seis meses de prisão e multa) podem ter a pena duplicada se o crime for cometido contra a mulher "no contexto de violência doméstica e familiar".

Em caso de desobediência, diz o texto, o juiz ainda poderia determinar a suspensão temporária da conta ou perfil que veiculou conteúdo misógino. A pena pode ser aumentada até o dobro se o infrator nas redes cometer o crime "com o fim de obter vantagem econômica" ou se o criminoso detiver "expressiva audiência, influência pública ou capacidade ampliada de difusão no conteúdo em meio de comunicação ou plataforma digital".

O texto ainda diz que o juiz deve considerar como discriminatória qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida, e que usualmente não se dispensaria a outros grupos em razão de cor, etnia, religião, procedência nacional ou condição de mulher".

Crimes de calúnia (seis meses a dois anos de prisão e multa), difamação (três meses a um ano de prisão e multa) e injúria (um a seis meses de prisão e multa) podem ter a pena duplicada se o crime for cometido contra a mulher "no contexto de violência doméstica e familiar".

**LIVRO FALSO**

# PF encontra dinheiro escondido casa de advogado ligado a Sóstenes

FAUSTO MACEDO E FELIPE DE PAULA/AE

A Polícia Federal apreendeu dois maços de dinheiro, com notas de R\$ 100 e R\$ 50, escondidos dentro de um livro falso de Direito durante a terceira fase da Operação Rent a Car, deflagrada ontem. O material foi encontrado na casa de um advogado ligado ao deputado federal e líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (foto).

Os investigadores à frente da Operação Rent a Car apuram um suposto esquema de desvio de recursos da cota parlamentar da Câmara dos Deputados por meio de uma locadora de veículos suspeita de emitir notas fiscais fictícias. O Estadão revelou que a locadora investigada recebeu R\$ 915 mil em recursos da cota parlamentar.

Em dezembro, a Polícia Federal apreendeu R\$ 430 mil em espécie durante diligências em endereços ligados ao deputado. Na ocasião, o líder do PL na Câmara afirmou que o dinheiro era proveniente da venda de um imóvel.



LULA MARQUES/ABRASIL

Os investigadores, no entanto, suspeitam dessa versão.

Um dos alvos desta quarta é apontado pela PF como o principal suspeito de forjar a compra e venda do imóvel apresentada

para justificar a origem dos R\$ 430 mil apreendidos.

As medidas judiciais da terceira fase da investigação foram autorizadas pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Fe-

deral (STF), e são cumpridas no Distrito Federal, em Goiás e em Minas Gerais. O objetivo é coletar e preservar elementos de prova, segundo a PF. Todos os alvos são advogados.

**SANTA CATARINA**

# Gaeco faz 'maior operação da história' com 151 prisões para frear ação do PCC

FELIPE DE PAULA/AE

Promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público de Santa Catarina deflagraram ontem, a Operação Coluna Sul, a "maior da história", para conter a expansão do PCC na região.

A força-tarefa mobilizou um contingente de 650 agentes para cumprir 320 ordens judiciais contra suspeitos de integrar a facção e seus tentáculos em seis

estados. A ação ocorreu simultaneamente em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Ao todo, a Justiça expediu 151 mandados de prisão temporária e 169 de busca e apreensão, contra suspeitos de encabeçarem a expansão do tráfico de drogas.

No Paraná, a operação começou sob confronto armado logo no início da abordagem. Ao perceberem a chegada das equipes, facionados munidos de pisto-

las equipadas com seletor de rajada abriram fogo contra os agentes.

O Batalhão de Polícia de Rondas Ostensivas de Natureza Especial (RONE), que apoiou o Gaeco do Paraná, reagiu e houve troca de tiros ainda nos primeiros momentos da ação. Um suspeito morreu no confronto.

O nome Coluna Sul foi adotado por ser a designação utilizada pelo próprio PCC para o conjunto formado por Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná, Santa

Catarina e Rio Grande do Sul, área considerada estratégica para a expansão e o controle da facção nas regiões Sul e Centro-Oeste do país.

A ação desta quarta é um desdobramento das investigações iniciadas na Operação Maserati. Segundo as apurações, os investigadores estariam envolvidos em múltiplos crimes, incluindo organização criminosa, tráfico de entorpecentes, associação para o tráfico, homicídios e porte ilegal de armas.

## MORDOMIA DOMICILIAR

# PGR defende que Bolsonaro seja mantido preso em casa

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer favorável à continuidade da prisão domiciliar concedida ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

A manifestação foi solicitada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator do caso, após o caso da apreensão da arma atribuída ao ex-presidente.

No ano passado, Bolsonaro foi condenado a 27 anos e três

meses de prisão no processo de trama golpista. Ele cumpre prisão domiciliar temporária desde o dia 27 de março deste ano.

Gonet citou a decisão da Polícia Civil do Distrito Federal, que não indiciou Bolsonaro, e disse que o ex-presidente deve continuar na prisão domiciliar.

"A conclusão da autoridade policial, no que se refere a Jair Bolsonaro, tem, efetivamente, bom suporte nas circunstâncias apuradas do episódio. Não há imputar ao sentenciado falta disciplinar que impacte negativamente sobre o atual regime

em que cumpre pena", afirmou.

## ARMA

Sobre a arma atribuída ao ex-presidente, o procurador disse que o armamento deve continuar apreendido. "É certo que a condição atual do custodiado é incompatível com a posse de arma de fogo", avaliou.

Mais cedo, o delegado Thiago Boeing, da Polícia Civil do Distrito Federal, decidiu não indiciar Bolsonaro. No entendimento do delegado, a arma pertence ao ex-presidente e está legalizada.

Boeing também ressaltou que o ex-presidente não estava

proibido de ter o armamento em sua residência, onde cumpre prisão domiciliar pela condenação no processo da trama golpista.

Contudo, Boeing entendeu que Estácio Leite, segurança do ex-presidente, deve responder pelo crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

No mês passado, o militar do Exército foi parado em uma blitz, em Brasília, com uma arma do ex-presidente. Segundo o militar, o armamento seria levado para conserto. Posteriormente, a versão foi confirmada pela defesa de Bolsonaro.

## CRIME ORGANIZADO

# Ministério da Justiça inaugura escritório antifacção em SP

ELAINE PATRÍCIA CRUZ/ABRASIL

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, inaugurou ontem, em São Paulo, o Escritório Nacional Antifacção de São Paulo, estrutura que pretende fortalecer o combate ao crime organizado.

Segundo o ministério, o escritório integra o Programa Brasil contra o Crime Organizado e passará a atuar como ponto permanente de articulação entre os órgãos federais, municipais e estaduais. A unidade, que será instalada na região da Luz, centro da capital paulista, vai desenvolver ações de inteligência e estratégias de enfrentamento às organizações criminosas.

"A inauguração deste escritório demonstra que estamos levando a presença do Estado para onde os desafios acontecem, fortalecendo a interlocução com as forças de segurança e potencializando nossa capacidade de resposta", disse o ministro.

O ministro ressaltou que "não é possível enfrentar organizações criminosas apenas a partir de Brasília, que é preciso estar nos territórios estratégicos, dialogando diariamente com as polícias, ministérios públicos, sistema financeiro e todos os órgãos que participam desse esforço nacional."

O objetivo principal, destacou o secretário nacional de Segurança Pública, Chico Lucas, será "asfixiar" financeiramente as facções criminosas.

"Recentemente o Brasil editou uma lei que é a lei antifacção.

Além disso, o governo federal lançou o Programa Brasil contra o Crime Organizado, que tem vários eixos, entre eles a asfixia financeira, o plano de segurança macro em cima da dos presídios e a questão do enfrentamento à violência e ao tráfico de armas. O eixo asfixia financeira, por uma razão óbvia, decidiu ter uma presença física em São Paulo por sua uma importância econômica", afirmou.

"A ideia do escritório é justamente o combate ao crime organizado que deve ser feito em várias frentes, mas principalmente combatendo o crime financeiro e asfixiando esse crime", completou.

Além de fazer a integração entre as forças de segurança, coordenar iniciativas voltadas à asfixia financeira das facções e também promover o intercâmbio de informações estratégicas e de inteligência, o novo escritório também vai atuar em cooperação com órgãos de persecução penal e instituições financeiras.

A coordenação da unidade em São Paulo ficará a cargo do ex-ouvidor das Polícias de São Paulo, Benedito Mariano. Além de São Paulo, novos escritórios deverão ser inaugurados no Rio de Janeiro e em Foz do Iguaçu.

## PRESÍDIOS

O ministério anunciou hoje que o governo federal vai investir nos 138 presídios já existentes no país e melhorar capacidade e segurança, o que também deve contribuir no enfrentamento ao crime organizado.

"O Brasil possui em torno de 1.355 presídios. Estamos trabalhando com a perspectiva de monitoramento e isolamento de lideranças criminosas que atuam no sistema penitenciário dos estados. Estamos utilizando como padrão o sistema penitenciário federal, que é um sistema de isolamento e monitoramento intensivo de lideranças criminosas. Portanto, nossa estratégia é elevar o padrão de 138 presídios", explicou o secretário nacional de Políticas Penais, André Garcia.

Segundo o secretário, os 138 presídios vão receber novos investimentos do governo federal para compra de scanners corporais, geo-radares, equipamentos de revista eletrônica e de rastreamento eletrônico e equipamentos de identificação de celulares. "Eles foram escolhidos com base no mapa de organizações criminosas que o Ministério da Justiça produz. Nós temos identificadas as facções que atuam e onde elas atuam, onde elas estão dentro dos presídios".

Segundo o secretário, os 138 presídios vão receber novos investimentos do governo federal para compra de scanners corporais, geo-radares, equipamentos de revista eletrônica e de rastreamento eletrônico e equipamentos de identificação de celulares. "Eles foram escolhidos com base no mapa de organizações criminosas que o Ministério da Justiça produz. Nós temos identificadas as facções que atuam e onde elas atuam, onde elas estão dentro dos presídios".

Segundo o secretário, os 138 presídios vão receber novos investimentos do governo federal para compra de scanners corporais, geo-radares, equipamentos de revista eletrônica e de rastreamento eletrônico e equipamentos de identificação de celulares. "Eles foram escolhidos com base no mapa de organizações criminosas que o Ministério da Justiça produz. Nós temos identificadas as facções que atuam e onde elas atuam, onde elas estão dentro dos presídios".

Segundo o secretário, os 138 presídios vão receber novos investimentos do governo federal para compra de scanners corporais, geo-radares, equipamentos de revista eletrônica e de rastreamento eletrônico e equipamentos de identificação de celulares. "Eles foram escolhidos com base no mapa de organizações criminosas que o Ministério da Justiça produz. Nós temos identificadas as facções que atuam e onde elas atuam, onde elas estão dentro dos presídios".

## ESTADOS UNIDOS

Em entrevista a jornalistas, concedida durante a inauguração do escritório, o ministro Wellington César Lima e Silva comentou sobre a decisão anunciada hoje (1º) pelo Departamento de Tesouro dos Estados Unidos (EUA) de ter sancionado dois brasileiros e três empresas do Brasil, acusando-as de supostos vínculos com a organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

Esta foi a primeira sanção de Washington contra brasileiros ou empresas do Brasil após o governo Donald Trump classificar facções do país como organizações terroristas.

Segundo ele, a designação dos EUA sobre as facções criminosas brasileiras não deve produzir efeitos fora do território estadunidense. "Essa designação específica somente produz efeitos no âmbito dos Estados Unidos, não tem nenhuma repercussão de extraterritorialidade. Todas as nações devem aprofundar e sofisticar os seus mecanismos de combate ao crime organizado, desde que a soberania do outro país seja respeitada", ressaltou.

Para o secretário nacional de Segurança Pública, os Estados Unidos têm autonomia para definir suas estratégias de combate às facções criminosas. No entanto, isso não pode ultrapassar o limite da soberania brasileira.

"Os Estados Unidos é um país soberano, pode ter a sua autonomia para definir da melhor maneira. A grande questão é respeitar a nossa soberania, respeitar o ordenamento jurídico brasileiro e nós sempre estaremos à disposição para cooperar com qualquer que seja os países e os organismos que queiram enfrentar o crime organizado. A cooperação internacional é parte da matriz de ação do governo federal e continuaremos fazendo isso", disse Chico Lucas.

## CONSTRUÇÃO DE PONTE

# Lula alerta para especulação imobiliária em Itaparica, Bahia

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, ontem, em Vera Cruz, na Bahia, da cerimônia que marcou o início oficial das obras da ponte Salvador-Itaparica.

Vinculado ao Novo PAC, o empreendimento está estimado em R\$ 11,6 bilhões, divididos entre governo federal, governo do estado e consórcio empresarial. A previsão é que a obra seja concluída em 2031.

A ponte vai conectar a capital baiana à ilha de Itaparica, cruzando a Baía de Todos-os-Santos.

Serão 12,4 quilômetros de extensão sobre o mar, tornando-se a maior ponte da América Latina no critério de comprimento acima da lâmina d'água, superando, por exemplo, a Ponte Rio-Niterói, que tem cerca de 13,2 km total de extensão, sendo 8,3 km sobre o mar.

Durante o evento público, Lula e o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, destacaram a importância estratégica da obra, que vai criar um novo corredor logístico rodoviário para o oeste do estado, reduzindo em mais de 200 km a distância para o transporte de cargas entre a capital e o interior e beneficiando cerca de 245 municípios.

"Inegavelmente, a Bahia precisava de outro escoamento da riqueza produzida pela Bahia, e se optou por fazer essa ponte e



fazer uma estrada", disse Lula.

No entanto, tanto o presidente quanto o governador alertaram para a necessidade de que a nova realidade da região não atraia uma especulação imobiliária que afete a qualidade de vida dos moradores da ilha.

O presidente destacou o ritmo tranquilo e bucólico da ilha, que concentra diferentes municípios com forte cultura praiana e ligados à formação da cultura baiana. "É preciso que a gente não permita que a especulação imobiliária tome conta dessa ilha".

O governador Jerônimo Rodrigues destacou que a ponte é muito esperada e que é preciso cuidar da ilha. "A partir de hoje, nós damos visibilidade à obra. [Mas] é preciso que a gente tome cuidado com a população da

ilha, que a gente não deixe uma ocupação desenfreada, como forma até agressiva, às vezes, do setor imobiliário".

## PARCEIRA COM A CHINA

Fruto de uma parceria público-privada (PPP), a obra é responsabilidade do Consórcio Ponte Salvador-Itaparica, formado por empresas estatais chinesas, incluindo a China Communications Construction Company (CCCC), a China Civil Engineering Construction Corporation (CCECC) e a China Railway 20th Bureau Group (CRCC).

A ponte terá um vão central de aproximadamente 400 metros de largura para navegação e cerca de 85 metros de altura livre, permitindo a passagem de

grandes embarcações pela Baía de Todos-os-Santos.

O projeto também inclui um sistema viário com acessos em Salvador e em Vera Cruz, além de uma nova rodovia expressa que contornará a área urbana da ilha, e a duplicação de trechos rodoviários na região, conectando-a ao outro lado do continente. Mais de sete mil empregos deverão ser gerados durante a obra.

De acordo com o consórcio responsável pela obra, a expectativa é de atingir um fluxo de 28 mil veículos por dia já no início da operação. Em Salvador, a ponte será acessada na região de Água de Meninos. Na Ilha de Itaparica, a cabeceira do equipamento ficará na região da Gamleira.

## DECISÃO DOS EUA

# Classificar PCC e CV como terroristas favorece o crime, diz secretário

GILBERTO COSTA/ABRASIL

Classificar as facções criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas estrangeiras, como anunciou em maio o Departamento de Estado do governo dos Estados Unidos (EUA), pode atenuar eventuais punições a quem comete crimes de narcotráfico, lavagem de dinheiro, extorsão, latrocínio e contrabando de armas e munições.

A avaliação é de Paulo Eduardo Modesto, secretário nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

"A concepção que nós temos sobre movimentos terroristas tem respostas penais muito menores do que a legislação que aprovamos sobre organizações criminosas ultra-violentas", diz se referindo à Lei nº 15.358/2026 (a Lei Antifacção) sancionada em março pelo presidente da Repú-

blica Luiz Inácio Lula da Silva.

## STATUS JURÍDICO

Para Modesto, nominar PCC e CV como grupos terroristas é melhorar o status jurídico deles.

"É dar um upgrade favorável em termos de resposta penal. Nós não queremos isso, obviamente", assinala em entrevista à Agência Brasil.

De acordo com o secretário, a legislação brasileira permite asfixiar economicamente as organizações criminosas "que não são mais de varejo, são de atacado" e atuam com locação de imóveis, prestação de com serviços que têm concessão públicos em estados e municípios e até "criam reserva de mercado de dos seus produtos."

Paulo Modesto avalia que, em vez de entidade terrorista, as facções criminosas tornaram-se "uma estrutura econômica" que ganhou escala industrial.

"É preciso entender que a criminalidade organizada no Brasil

hoje não é mais o bandido de esquina. Não é aquele sujeito oportunista que aproveita um descuido."

## COERÇÃO E MONOPÓLIO

A socióloga Carolina Christoph Grillo, especialista em crime organizado, concorda com o secretário.

"O uso do poder armado e da coerção pela força pelas organizações criminosas é estritamente uma estratégia para manutenção de monopólios sobre mercados, para realização de práticas de extorsão e extração de recursos econômicos por parte desses grupos", diz.

Grillo, que é professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) e uma das coordenadoras do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (Geni), acrescenta lembra que PCC e CV não têm "nenhuma finalidade política ou aliança com determinado espectro político, como ocorre com organizações

terroristas. São organizações criminosas estrito senso."

Para a acadêmica, a "classificação equivocada" do Departamento de Estado dos EUA tem consequências "muito negativas" para o combate ao crime organizado.

## SERVIÇO SECRETO

Em sua opinião, a decisão "compromete os acordos de cooperação que já existem entre Brasil e Estados Unidos" e o trabalho conjunto deixa de se dar entre a Polícia Federal brasileira e o FBI [sigla em inglês para Federal Bureau of Investigation], e passa para agências de serviço secreto, agências de inteligência que não trabalham com transparência como as polícias, que têm expertise com organizações criminosas.

Carolina Grillo ainda aponta que as atuações do Primeiro Comando da Capital e do Comando Vermelho "não impactam de nenhuma maneira os Estados Unidos.

## Nota

## CACIQUE RAONI VOLTA PARA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

O cacique Raoni Metuktire, de 93 anos, retornou ontem para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no Hospital São Paulo, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Segundo a equipe médica, ele permanece sem febre e respirando sem aparelhos, além de estar consciente. O líder indígena teve uma hemorragia digestiva na última terça-feira (30), e passou por uma endoscopia e procedimentos para controle do sangramento. A equipe médica identificou ainda o acúmulo de líquidos na região do pulmão direito (pneumotórax), drenado sem intercorrências. O cacique Raoni foi internado em estado grave no dia 15 de junho, no Hospital e Maternidade Dois Pinheiros, em Sinop (MT). Após ser estabilizado e passar por quatro dias de tratamento, ele foi transferido para São Paulo, onde segue em tratamento dedicado à saúde indígena no Hospital São Paulo, da Unifesp.

**ANTUÉRPIA**

# Incêndio em prédio residencial na Bélgica deixa 5 mortos

Pelo menos cinco pessoas morreram e muitas outras ficaram feridas ontem, em um incêndio em um prédio residencial na cidade belga de Antuérpia, informou a polícia.

O incêndio começou no oitavo andar do prédio, onde moram mais de 200 pessoas, no bairro de Linkeroever, lançando grandes colunas de fumaça no ar.

"Neste momento, infelizmente, pelo menos 5 pessoas morreram no incêndio. Há também um número significativo de feridos graves, bem como alguns feridos leves", disse o porta-voz da polícia de Antuérpia, Kim Bastiaens, de emissora privada belga VTM.

O prédio de 10 andares foi esvaziado e os moradores foram avisados para manterem as janelas e portas fechadas e, se necessário, desligarem os ventiladores devido à grande quantidade de fumaça no ar.

Segundo a polícia, os bombeiros combateram o incêndio em condições difíceis devido à sua dimensão e intensidade. Várias equipes de bombeiros e policiais foram enviadas ao local, incluindo uma unidade especializada com drones.

Ainda não se sabe o que causou o incêndio, mas Bastiaens afirmou que ele começou no térreo e que peritos es-

tavam examinando o local. Um plano de emergência médica foi acionado para evitar que as vítimas sobrecarregassem os hospitais próximos.

Um fotógrafo da Associated Press no local relatou que a fumaça diminuiu no início da tarde, mas que muitos bombeiros ainda estavam presentes. Imagens de televisão do local mostraram um homem em um andar superior envolto em fumaça, debruçado sobre uma sacada em busca de ar fresco, antes de conseguir chegar a uma janela próxima.

O primeiro-ministro belga, Bart De Wever, ex-prefeito de Antuérpia, disse que seus "pensamentos estão com as vítimas e os moradores evacuados do terrível incêndio em Linkeroever".

"Meus sinceros agradecimentos aos serviços de emergência que estão se esforçando para ajudar as muitas pessoas afetadas o mais rápido e seguro possível, e que estão trabalhando arduamente para controlar o incêndio", disse ele em uma publicação nas redes sociais.

Linkeroever, localizada na zona leste de Antuérpia, é uma grande área residencial com prédios altos e que faz fronteira com um importante parque onde são realizados concertos de música ao ar livre.

**PICUINHA DE TRUMP**

# EUA sancionam brasileiros e empresas por vínculo com PCC

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O Departamento de Tesouro dos Estados Unidos (EUA) sancionou, ontem, dois brasileiros e três empresas do Brasil acusando-as de supostos vínculos com a organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

Uma empresa portuguesa também foi bloqueada, acusada de suposta relação com lavagem de dinheiro do PCC na Flórida (EUA). Esta é a primeira sanção de Washington contra brasileiros ou empresas do Brasil após o governo Donald Trump classificar facções do país como organizações terroristas.

"Essa designação é mais um passo do governo dos EUA para abordar e reconhecer a crescente presença da geração de recei-

ta ilícita do Primeiro Comando da Capital dentro de nossas fronteiras", disse Gene Lange, subsecretário para Terrorismo e Inteligência Financeira.

O Departamento de Tesouro dos EUA argumenta que a decisão foi resultado de uma investigação da Força-Tarefa de Segurança Interna (HSTF), em parceria com o Escritório de Campo do FBI em Miami e a Seção de Lavagem de Dinheiro, Narcóticos e Confisco do Departamento de Justiça norte-americano.

"Essa abordagem unificada e abrangente do governo garante a coordenação operacional para maximizar o impacto contra as redes criminosas transnacionais", diz comunicado do Escritório de Controle de Ativos de Estrangeiros (Ofac).

**ALVOS**

Os alvos das sanções são dois brasileiros Victor Henrique de Oliveira Shimada (Shimada) e Stella Stefanie Nunes Henrique de Oliveira (Stella).

Os EUA acusam Shimada de ser o "elo fundamental" do PCC com membros da facção na Flórida, que teria lavado mais de US\$ 30 milhões em "diversas cidades" dos EUA. Ele seria o dono da empresa Victory Trading, também sancionada pelo Ofac.

Stella é acusada pelos EUA de ter trabalhado como "secretária" de Shimada, sendo ainda sua parente.

A Ofac aplicou sanções ainda a quatro empresas supostamente ligadas a Shimada - a Victory Trading Intermediação de Negócios Cobranças e Tecnologia Ltda; a Pixwave Soluções de Pa-

gamentos Ltda; a Wave Construções Inteligentes Ltda; e a Avenidas Flutuantes Unipessoal Ltda.

A Victory Trading e a Pixwave são empresas de serviços financeiros; a Wave é uma construtora; e a Avenidas Flutuantes é uma empresa de transporte e armazenagem com sede perto de Lisboa, Portugal.

Como resultado das sanções, estão bloqueados todos os bens das pessoas e empresas alvos, que estejam nos EUA ou sob controle de pessoas do país.

"Além disso, instituições financeiras e outras pessoas podem estar sujeitas a sanções por se envolverem em certas transações ou atividades envolvendo pessoas designadas ou bloqueadas", diz comunicado da Ofac.

**LARÁPIO**

# Furto de petróleo alheio: Trump se defende de aumento de patrimônio

Um dia após um relatório apontar que o presidente dos Estados Unidos Donald Trump acrescentou ao menos US\$ 2,2 bilhões ao seu patrimônio desde que retornou à Casa Branca, o presidente americano se defendeu ao ser questionado sobre o tema.

"Temos fundos que administram o meu dinheiro", disse Trump a repórteres ontem, na Base Aérea Conjunta Andrews, em Maryland. "Ganhei muito dinheiro antes de me tornar presidente, e eles investem meu dinheiro. Eu não falo com eles. Nunca. Nem sequer converso

com eles."

Trump também afirmou que teve "uma ótima carreira nos negócios". Questionado sobre as críticas de que estaria usando a presidência para lucrar, o republicano respondeu: "Você sabem por que estou lucrando? Porque o mercado de ações está subindo. Todo mundo está lucrando."

"Então, todos nós estamos lucrando. Eu estou lucrando porque tenho muito patrimônio e muito dinheiro em caixa", acrescentou.

A declaração ocorreu um dia após a divulgação do relatório fi-

nanceiro obrigatório de Trump referente a 2025. Uma análise do jornal The New York Times mostrou que o republicano obteve um lucro extraordinário em seu primeiro ano de volta à Casa Branca, incluindo cerca de US\$ 1,4 bilhão proveniente dos negócios de criptomoedas de sua família.

No total, o presidente arrecadou pelo menos US\$ 2,2 bilhões, valor que inclui outras partes de seu vasto patrimônio, como ativos imobiliários. Isso se compara a um mínimo de US\$ 622 milhões que suas empresas arrecadaram em todo o ano de 2024, antes de

ele retornar à presidência.

Trump é frequentemente acusado de conflitos de interesse, especialmente após investir em moedas digitais. Desde que assumiu o cargo, ele tomou medidas para desregular o setor, o que impulsionou a alta dos preços dos ativos.

A Casa Branca rejeita as acusações. "Nem o presidente nem sua família jamais se envolverão em conflitos de interesses", afirmou a subsecretária de Imprensa Sênior, Anna Kelly, em comunicado enviado à Agence France-Presse (AFP).

**TEERÃ**

# Navio encalhou no Estreito de Ormuz após usar rota não aprovada

PEDRO LIMA/AE

A televisão estatal do Irã informou ontem, que um navio estrangeiro de contêineres encalhou no Estreito de Ormuz após utilizar uma rota não aprovada por Teerã. As autoridades iranianas não divulgaram detalhes sobre a embarcação nem sobre possíveis impactos ao tráfico marítimo.

A divulgação, feita pela Press TV, ocorre em meio às tentativas do Irã de reforçar sua autoridade sobre a passagem estratégica, por onde transita cerca de um quinto do comércio global de petróleo e gás natural em tempos de paz. Desde o início da guerra, Teerã tem usado a possibilidade de restringir a navegação no estreito como instrumento de pressão, elevando preocupações nos mercados globais de energia.

O episódio também coincide com o início de negociações técnicas entre representantes do Irã e dos Estados Unidos em Doha, no Catar, voltadas à busca de um acordo permanente para encerrar o conflito. Segundo duas autoridades regionais ouvidas pela Associated Press sob condição de anonimato, os diplomatas começaram nesta quarta-feira a discutir os detalhes de um eventual entendi-

mento, que depois dependeria da aprovação das lideranças políticas. Questões envolvendo o Estreito de Ormuz e o Líbano seguem entre os principais obstáculos às negociações. O governo iraniano ainda não confirmou oficialmente o início das conversas.

O principal negociador do Irã, Kazem Gharibabadi, reuniu-se nesta quarta com o primeiro-ministro e chanceler do Catar, Mohammed bin Abdulrahman Al Thani, para discutir a implementação do memorando de entendimento que prevê o fim da guerra, informou a mídia iraniana. Segundo Gharibabadi, embora já tenham sido criados grupos de trabalho para acompanhar a execução do acordo e negociar um entendimento definitivo, as negociações formais ainda não começaram e seguem em fase de consultas, por meio de mediadores.

Paralelamente, em publicação no X, o ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araghchi, reiterou o tom duro de Teerã ao afirmar que os termos do memorando de entendimento firmado em Islamabad são "claros" e advertiu que "qualquer ameaça contra nosso povo e nossa liderança receberá resposta imediata e poderosa".

**TERREMOTOS**

# Policiais são presos por furtar dinheiro de vítimas de terremotos na Venezuela

RARIANE COSTA/AE

Quatro policiais do Corpo de Investigações Científicas, Penais e Criminalísticas (CICPC) foram presos e expulsos da corporação na Venezuela sob acusação de se apropriar de dinheiro e outros objetos de valor encontrados entre os escombros de prédios que desabaram no estado de La Guaira, no norte do país.

A região foi uma das mais atingidas pelos terremotos da semana passada, que deixaram milhares de mortos e mobilizaram uma ampla operação de resgate e assistência humanitária.

Segundo o jornal El Diario, os

agentes passaram a ser investigados após denúncias de que teriam se aproveitado das ações de busca para reter bens encontrados nas áreas atingidas. Um dos episódios ocorreu em Playa Grande, onde um policial foi filmado segurando cédulas de dólar enquanto era confrontado por moradores.

Nas imagens, que circularam nas redes sociais, vizinhos acusam o agente de tentar confiscar o dinheiro sob a justificativa de que se tratava de "material de prova". Em meio à discussão, algumas pessoas chegam a rasgar notas de US\$ 100 diante do policial.

De acordo com o El Diario, o

diretor do CICPC, Douglas Rico, afirmou que os quatro agentes "se desviaram de suas funções" ao se apropriarem de objetos de valor encontrados durante as operações de emergência. Em comunicado, a corporação informou que os policiais foram demitidos, presos e responderão a processo administrativo e judicial.

O ministro do Interior, Diosdado Cabello, também comentou o caso e afirmou que os envolvidos serão processados. Segundo ele, o governo adotará "tolerância zero" com agentes que utilizem o uniforme para cometer irregularidades em meio ao desastre.

**VÍTIMAS**

Enquanto isso, o número de vítimas dos terremotos continua aumentando. De acordo com o balanço mais recente das autoridades venezuelanas, ao menos 1.943 pessoas morreram e 10.571 ficaram feridas desde os tremores de 24 de junho. O governo informou ainda que 6.461 sobreviventes já foram resgatados.

Um dos resgates mais emblemáticos ocorreu nesta semana, quando uma equipe de busca e salvamento da Jordânia retirou com vida um menino de 3 anos que permaneceu soterrado por seis dias sob os escombros de uma residência.

**Nota**

## TURQUIA REFORÇA SEGURANÇA E EXIBE FORÇA E COMPROMISSO ANTES DA CÚPULA DA OTAN

A Turquia está adotando amplas medidas de segurança para a cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) que acontece neste mês, mobilizando dezenas de milhares de policiais e colocando as defesas aéreas em alerta máximo, ao mesmo tempo em que proíbe reuniões públicas e impõe restrições controversas à liberdade de expressão e de reunião. A medida busca proteger a cúpula, mas também demonstrar força e reforçar o compromisso da Turquia com a Otan, apesar de o país muitas vezes ser retratado como um ponto fora da curva dentro da aliança. Nos dias 7 e 8 de julho, espera-se que líderes dos 32 países-membros se reúnam na capital turca, incluindo o presidente dos EUA, Donald Trump, cujas ameaças de retirar os Estados Unidos da aliança e reduzir os níveis de tropas americanas lançaram incertezas sobre o futuro do grupo.

THAIS PORSCH/AE

O vice-presidente americano, JD Vance, afirmou ontem que os Estados Unidos têm uma vantagem nas negociações em andamento no Oriente Médio, argumentando que a administração Trump já alcançou seu objetivo principal no Irã, independentemente de como as negociações em Doha se desenrolem.

"Temos todas as cartas na negociação", disse Vance à Fox News. "Obviamente queremos

que seja bem-sucedida, mas, mesmo que não seja, alcançamos a missão principal de garantir que os iranianos nunca tenham uma arma nuclear", explicou.

Segundo Vance, negociações bem-sucedidas significariam uma Teerã "permanentemente transformada", ou seja, sem ambições nucleares e sem mais financiamento proxys que causaram "estrágos" em todo o Oriente Médio. Nessas condições, o país poderia ser "bem-vindo de volta à economia mundial", acrescentou.

Também à Fox News, a porta-voz da Casa Branca, Anna Kelly, frisou que Washington e Teerã têm uma "boa chance" de fazer um acordo. "Criamos uma situação tremendamente mais segura e protetora para nossa pátria aqui nos EUA. Pavimentamos o caminho para a desnuclearização do Irã", afirmou.

**ESTREITO DE ORMUZ**

O vice-presidente dos EUA, JD Vance, afirmou nesta quarta-feira, que houve transporte sem

pedágios no Estreito de Ormuz nos últimos três dias. Fontes do New York Times revelaram na terça-feira que o Irã e o Omã estão avançando com planos para cobrar taxas de navios que transitam pelo estreito, apesar das objeções públicas americanas.

Em discurso na base aérea naval de Oceana, em Virgínia Beach, Vance também voltou a ameaçar Teerã, enfatizando que, se o país persa tentar reconstruir seu programa nuclear, os "EUA têm opções".